

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.

1 Aos vinte e dois dias de outubro de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta minutos,
2 na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, segundo andar, sala duzentos e cinquenta e
3 sete do Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o Conselho
4 Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as
5 Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença dos
6 Conselheiros: José Luiz de Souza (MI/SIH), Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/
7 SRHU), Guilherme Silva de Godoi (MME/SEE), Pedro Antônio Bertone de Ataíde
8 (Casa Civil) César Augusto Pinheiro (Estado do Ceará / Cogeh), Celso de Macedo
9 Veiga (Estado do Rio Grande do Norte / SEMARH), João Bosco de Almeida (Estado
10 de Pernambuco / SRH) e com as presenças dos convidados Marcelo Asfora
11 (Pernambuco – SRH), Francisco Viana (ANA), Carlos Motta Nunes (ANA), Luna
12 Viana (Casa Civil), Irani Braga Ramos (MI/SIH), Ana Carolina de Oliveira (MI),
13 Marcelo Luz (Agência de Propaganda- MI), Maria Angélica Valério (Consultora) e
14 Fernando Antônio Rodrigues (Consultor). Constatada a existência de *quorum*
15 regimental, o Coordenador da reunião, **José Luiz de Souza**, declarou aberta a reunião
16 e propôs uma inversão de pauta que foi prontamente referendada pelos conselheiros,
17 qual seja a leitura, discussão e aprovação da ata da sétima reunião ordinária figurar ao
18 final dos trabalhos. Dando continuidade, o Coordenador iniciou os informes
19 destacando que na reunião extraordinária ficou determinado que os conselheiros
20 buscassem a melhor maneira possível para realizar o diagnóstico dos açudes. Para
21 tanto foi elaborada uma lista contendo informações preliminares de todos os
22 reservatórios. Neste ínterim, também foi solicitado em reuniões anteriores um balanço
23 periódico das obras de Integração de Bacias, sendo então distribuído a todos os
24 conselheiros uma apresentação que foi realizada recentemente pelo Secretário-
25 Executivo deste Ministério, no Senado Federal, onde consta um panorama do atual
26 estágio das obras. Em seguida foi concedida a palavra ao consultor **Fernando**
27 **Rodrigues** para apresentar o trabalho em elaboração sobre o Modelo de Gestão a ser
28 adotado pelo Projeto de Integração de Bacias. Fernando iniciou relatando o estudo das
29 experiências analisadas, como parcerias público privadas, criação de empresa de
30 economia mista, utilização de instituição já existente e entidade de direito privado sem
31 fins lucrativos que por diversos motivos apresentaram limitações para serem adotadas
32 no desenho do Projeto. Após os estudos e pelas experiências práticas analisadas,
33 chegou-se a conclusão que uma entidade com uma estrutura parecida com a do
34 Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) seria a mais indicada para operar o
35 sistema integrado de bacias, evidenciando que é necessário estruturar e modelar esta
36 instituição já que não deverá visar lucro, precisará ter estreita relação com o Operador
37 Estadual e ser ligada institucionalmente ao Ministério da Integração Nacional (MI)
38 para uma melhor articulação do todo o processo. Um núcleo dentro do MI passará a
39 acompanhar as atividades do Conselho para orientações com relação à divulgação e
40 articulação de todas as etapas de implantação deste Modelo. **Fernando Rodrigues**
41 mostrou quadros com um possível organograma para a nova Agência e finalizou
42 mostrando um cronograma das próximas fases a serem articuladas com vistas a
43 elaborar o Modelo a ser adotado. **Pedro Bertone** intervém para deixar claro que os
44 prazos estabelecidos no cronograma da apresentação precisam ser ajustados, tendo em
45 vista que este relatório apresenta um caminho a ser seguido, porém é necessário que
46 sofra diversos ajustes, inclusive com parecer da Consultoria Jurídica do MI. Bertone

47 solicita que a apresentação seja mais detalhada com relação às outras alternativas de
48 Operadoras para o Modelo, pois precisam deixar claro, na reunião para os Ministros,
49 que foram estudadas diversas outras alternativas, porém já há uma escolha que se
50 mostra mais viável, qual seja esta instituição de direito privado sem fins lucrativos.
51 Bertone destaca que esta definição é o começo de tudo, pois precisamos ter clareza em
52 diversos pontos, inclusive na maneira de como esse ente irá operar. **Guilherme Godói**
53 fez um paralelo sobre o funcionamento e estrutura do ONS e relatou que há uma
54 preocupação com relação à operacionalização e manutenção do sistema do Projeto de
55 Integração, pois falta definir, por exemplo, quem fará a fiscalização dos órgãos
56 consumidores da água. **Fernando Rodrigues** esclarece que o Modelo sugerido não é
57 uma cópia do ONS, e sim, que o mesmo somente o inspirou em sua forma de organizar
58 para gerir os seus componentes. O conselheiro **Julio Kettelhut** menciona sua
59 preocupação com relação a uma variável existente que é a aprovação da proposta pelo
60 Congresso Nacional, tendo em vista o Projeto envolver aspectos políticos e o ano
61 vindouro eleitoral. Preocupado também com o cronograma, sugere ajustes no mesmo a
62 fim de viabilizar a confecção e estabelecimento do Modelo junto à Casa Civil,
63 Ministério do Planejamento dentre outros, bem como promover a institucionalização
64 do Sistema Gestor o mais breve possível em cumprimento ao decreto 5.995/06, pois
65 esta iniciativa é que assegurará a sustentabilidade do Modelo Gestor. **Celso Veiga**
66 retoma assunto da reunião extraordinária, com relação à situação dos açudes, sendo
67 esses pulmões do sistema e que precisam de atenção dentro do Sistema de Gestão.
68 **Pedro Bertone** lembra que está claro e acordado entre todos os membros do Conselho
69 que a delegação dos açudes constitui ferramenta importante para que os quatro estados
70 receptores possam adequadamente gerir a água para posterior distribuição. Não faz
71 sentido que os açudes fiquem sob a gerência do Departamento Nacional de Obras
72 Contra as Secas em âmbito federal, o razoável seria delegar para os entes federativos
73 os seus açudes. Faz-se necessário que os Estados recebam estas estruturas com
74 adequadas condições para operacionalização. Precisamos também inserir este assunto
75 na pauta da reunião com os Ministros, quando da apresentação do Modelo Gestor aos
76 mesmos. O senhor **Marcelo Asfora** citou sua preocupação com relação a todas estas
77 definições estarem reguladas até o início da operação do sistema. A prioridade também
78 terá que ser a tarifa. Precisamos de definições com relação à forma como serão
79 firmados os contratos com os Estados. **Francisco Viana** intervém dizendo que sua
80 preocupação é quanto à busca de um caminho fácil, pois o contexto da implementação
81 do Modelo deve ser feito com a análise de leis. É interessante o Modelo proposto
82 quando firma descentralização na outorga, tendo em vista o arcabouço legal que o
83 reveste. Outra preocupação é com a participação dos Estados, que deverá ser
84 reforçada. Sendo esta a diretriz, a União, por meio do MI, precisa estreitar os laços
85 com os Estados com o objetivo de fortalecer os mesmos em todo o processo. **José Luiz**
86 afirma que não precisamos ter medo para todos estes desafios e que a União precisa
87 realmente harmonizar e fortalecer as relações com os Estados a fim de operacionalizar
88 o Projeto. **Guilherme Godói** reforça a necessidade de haver de fato representatividade
89 no Ministério para acompanhamento, pois a exemplo do ONS, há no Ministério de
90 Minas e Energia um departamento de monitoramento do sistema elétrico que está
91 envolvido com todos os agentes do setor para controle de todo o sistema. **Pedro**
92 **Bertone** sugere ajustes no cronograma, reforça que é necessário um exame dos
93 relatórios da Fundação Getúlio Vargas com relação a valores para a tarifa e finaliza
94 dizendo que é necessário a reunião com os Ministros para apresentar todo este trabalho
95 até no máximo final de novembro. Retomando ao início da reunião, **José Luiz** consulta
96 os conselheiros sobre a possibilidade de enviar as atas das duas reuniões anteriores aos

97 conselheiros com o fim de ajustá-las e aprová-las na próxima reunião, o que foi
98 aprovado por todos os membros. Depois de esclarecidas dúvidas e ouvidas sugestões
99 dos conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
100 manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
101 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será
102 assinada pelos conselheiros presentes.

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.

1 Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta
2 minutos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, segundo andar, sala duzentos e
3 cinquenta e sete do Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o
4 Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco
5 com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença dos
6 Conselheiros: José Luiz de Souza (MI/SIH), Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/
7 SRHU), Renato Dalla Lana (MME/SEE), Pedro Antônio Bertone de Ataíde (Casa
8 Civil), César Augusto Pinheiro (Estado do Ceará / Cogeh), Celso de Macedo Veiga
9 (Estado do Rio Grande do Norte / SEMARH), Francisco Jácome Sarmento (Estado da
10 Paraíba / SEIE) e com as presenças dos convidados José Augusto Guerra (DNOCS),
11 Francisco Viana (ANA), Carlos Motta Nunes (ANA), Maria Angélica Valério
12 (Consultora) e Fernando Antônio Rodrigues (Consultor), Irani Braga Ramos (MI/SIH),
13 Lisiane Bastos (MI/SIH), Paula Roberta Baratella (MI/SIH), Felipe Maia Oliveto
14 (MI/SIH) e Michael Vinícius Sizílio Peron (MI/SIH). Com a existência de *quorum*
15 regimental suficiente, o coordenador da reunião, **José Luiz de Souza**, declarou abertos
16 os trabalhos e iniciou a leitura das atas da sétima e oitava reuniões ordinárias bem
17 como da primeira reunião extraordinária deste conselho. Após alguns ajustes pontuais,
18 os três documentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, a título de informe,
19 o coordenador levou ao conhecimento de todos que, em plenária, o comitê de bacia do
20 São Francisco definiu os valores de cobrança pelo uso da água para os dois eixos do
21 Projeto de Integração de Bacias. Este fato já foi objeto de discussão na Casa Civil para
22 alinhar o posicionamento do governo frente aos impactos econômicos que poderá
23 incidir sobre o PISF. **Francisco Viana** destaca que com o advento da Lei n.º
24 9.984/2000 a ANA coordena o processo de descentralização da operação da estrutura
25 hidráulica. Portanto, a estruturação dos açudes para a delegação das águas transpostas
26 aos estados receptores é ponto fundamental neste processo, sendo esta uma questão
27 ainda aberta no âmbito deste conselho, tendo em vista o cenário atual em termos de
28 recursos financeiros do DNOCS. **José Luiz** informa sobre a articulação junto ao CNPq,
29 para celebrar cooperação visando estabelecer um programa de bolsistas para atender os
30 estados receptores no tocante a capacitação e que foram enviados documentos para
31 apreciação por parte do órgão, restando ao MI aguardar resposta. Seguindo com a
32 ordem do dia, o consultor **Fernando Rodrigues** iniciou a nova apresentação incluindo
33 as sugestões fornecidas pelos conselheiros na reunião passada. Em sua apresentação, o
34 consultor destacou claramente quais critérios objetivos foram analisados, bem como
35 todas as possibilidades estudadas e sua viabilidade para se tornarem operadoras
36 federais do sistema. A recomendação do consultor para a operadora federal é que seja
37 instituição sem fins lucrativos (com fins não econômicos), operador de estrutura
38 hídrica eletro-mecânica e agente de desenvolvimento e promoção social. Equipe do
39 Ministério da Integração fez estudo e sugeriu um nome para a operadora federal: Águas
40 Integradas do Nordeste Setentrional - AGNES. Após algumas intervenções e
41 esclarecimentos, o consultor mencionou que qualquer que seja o modelo escolhido é
42 necessário estruturar internamente o Ministério da Integração para se articular com esse
43 novo ente e finalizou sua apresentação delineando a exposição de motivos e o projeto
44 de lei que foi elaborado para a criação da operadora federal. **Renato Dalla Lana**
45 intervém para alertar que falta um plano de operação a longo prazo. É necessária a
46 identificação das demandas dos Estados, coordenados de forma conjunta com os
47 agentes envolvidos, tais como usuários. O coordenador da reunião pediu à servidora
48 **Paula Baratella**, idealizadora da logomarca da AGNES, que explicasse como foi

49 elaborada a proposta de nome e logomarca para a operadora. Evidentemente, por se
50 tratar de proposta, a sigla, bem como a logomarca, precisarão passar por
51 amadurecimento dentro de instâncias legais e institucionais. Após as discussões, a
52 proposta de modelo de gestão para o PISF foi aprovada pelos conselheiros e segue para
53 o Ministério da Integração conforme o decreto n.º 5.995 de 19 de dezembro de 2006.
54 Como próximo ponto de pauta, um relatório do diagnóstico sobre as barragens
55 integrantes do PISF foi apresentado pelo representante do DNOCS, **José Augusto**
56 **Guerra** que mostrou uma planilha onde constam valores financeiros aproximados para
57 a intervenção imediata em todas as barragens relacionadas, sob pena de
58 comprometimento da segurança das estruturas. Após análise e discussão conclui-se que
59 o documento apresentado pelo DNOCS carece de aperfeiçoamento. Para isto, faz-se
60 necessário que uma equipe composta pelo Ministério da Integração, DNOCS e os
61 estados avaliem *in loco* a situação de cada reservatório e indique o que necessita ser
62 feito inclusive com estimativa de custos para dotar essas estruturas receptoras do PISF
63 de condições operacionais seguras. É consenso a necessidade de medidas corretivas e
64 de manutenção relativas a equipamentos hidro-mecânicos, assim como nos maciços,
65 diques auxiliares e estruturas, o quadro atual tenderá a se agravar resultando em uma
66 situação de instabilidade podendo comprometer a segurança e integridade dos
67 reservatórios. **Pedro Bertone de Ataíde** se comprometeu a envidar esforços no sentido
68 de alocar recursos para o diagnóstico e recuperação dos açudes. Os conselheiros
69 chegaram ao consenso que há atualmente nove barragens onde a intervenção precisa
70 ser feita prioritariamente, são elas: Poções, Boqueirão, Acauã, Quixabinha, Engenheiro
71 Ávidos, São Gonçalo, Curemas, Angicos e Pau dos Ferros. **Francisco Sarmiento** frisa
72 que há uma preocupação coletiva e emergencial com relação às providências que serão
73 tomadas em relação aos açudes, pois os mesmos são partes fundamentais dentro do
74 projeto. Como último ponto de pauta, **José Luiz** consulta os conselheiros sobre que
75 estratégia adotar para realização do estudo hidrológico dos açudes integrantes do PISF.
76 **Francisco Sarmiento** sugere que cada estado apresente o seu individualmente, pois
77 assim as nuances de cada um seriam respeitadas. Os conselheiros acataram a sugestão
78 por unanimidade. Depois de esclarecidas as dúvidas e ouvidas sugestões dos
79 conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
80 manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
81 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será
82 assinada pelos conselheiros presentes.

Ata da 10ª Reunião Ordinária do **Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às quatorze horas e
2 trinta minutos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sexto andar, sala seiscentos e
3 vinte do Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o
4 Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São
5 Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a
6 presença dos Conselheiros: José Luiz de Souza (MI/SIH), Julio Thadeu Silva
7 Kettelhut (MMA/ SRHU), Guilherme Silva de Godói (MME/SEE), José Cruz Filho
8 (Casa Civil), César Augusto Pinheiro (Estado do Ceará / Cogerh), Francisco José
9 Coelho Teixeira (Estado do Ceará / Cogerh), Celso de Macedo Veiga (Estado do Rio
10 Grande do Norte / SEMARH), Francisco Jácome Sarmento (Estado da Paraíba /
11 SEIE), José Almir Cirilo (Estado de Pernambuco / SRH) e com as presenças dos
12 convidados: Francisco Viana (ANA), Paulo Varella (ANA), Carlos Motta Nunes
13 (ANA), Davi Tadeu Borges Marwell (MI/SIH), Cristiane Maria Lopes (MI/SIH),
14 Lorena Romã Penna (SIH/MI) e Michael Vinícius Sizílio Peron (MI/SIH). Com a
15 existência de *quorum* regimental suficiente, o coordenador da reunião, **José Luiz de**
16 **Souza**, declarou abertos os trabalhos e iniciou a leitura da Ata da nona reunião
17 ordinária deste Conselho, que após alguns ajustes foi aprovada por unanimidade.
18 Passando aos informes, a ANA lembra ser necessário que os Estados padronizem a
19 linguagem a ser utilizada para a confecção dos relatórios de estudos hidrológicos que
20 serão realizados. O representante de Pernambuco, **Almir Cirilo**, disse que estes
21 estudos já existem. José Luiz observa que será discutida a necessidade de fazer novos
22 estudos ou complementar os existentes e que tudo será articulado com os Estados. O
23 Coordenador da reunião informa sobre o programa de contratação de bolsistas junto
24 ao CNPq, pois esteve em reunião com o Diretor do órgão e o mesmo sinalizou
25 positivamente para que seja efetivado com a máxima brevidade possível. Com
26 relação às visitas aos açudes inseridos no PISF, **José Luiz** informa que a equipe
27 responsável já concluiu visita ao Estado da Paraíba. O conselheiro **Almir Cirilo**
28 trouxe ao conhecimento de todos que o governador do Estado de Pernambuco enviou
29 para a Assembléia Legislativa, em regime de urgência, projeto de lei que cria a
30 Agência Pernambucana de Águas e Clima estando inclusive previsto concurso para
31 sua estruturação que incorpora as temáticas clima e laboratório de meteorologia.
32 Cirilo disse, ainda, que o termo de referência para a adutora do Agreste está pronto e
33 o Ministério da Integração destinou quinze milhões de reais para a obra. O
34 conselheiro **Guilherme de Godói** informa que foi solicitado parecer de acesso à rede
35 básica e o Ministério de Minas e Energia está realizando ações junto à Agência
36 Nacional de Energia Elétrica para agilizar as autorizações de reforço à rede básica
37 visando atender às demandas do Projeto de Integração de Bacias. **Celso de Macedo**
38 **Veiga** informou que a empresa IBI realizou estudos para estruturação do órgão gestor
39 estadual de recursos hídricos. Em seguida, o coordenador propôs aos conselheiros
40 uma inversão de pauta, que foi prontamente aceita, qual seja a apresentação das ações
41 para implantação do Centro de Controle e Operação do PISF. **Jaime de Oliveira**,
42 Coordenador de Engenharia, apresenta onde e como o Centro de Controle irá
43 desempenhar suas funções dentro do contexto do Projeto, que terá a função de
44 controle e supervisão de todo o sistema hídrico atendendo às necessidades e
45 características do mesmo, bem como as diretrizes da outorga emitida pela ANA,
46 estando todas as informações disponíveis para quem interessar. **Francisco Sarmento**
47 frisa a necessidade dos Estados terem acesso às informações deste Centro de
48 Controle, pois assim saberão claramente a quantidade de água que estará sendo

49 consumida por cada ente. **Francisco Teixeira** sugere uma discussão com os Estados
50 com relação a uma possível alteração no Projeto que substituiria um túnel e inseriria
51 uma estação de bombeamento, Teixeira informou que a Companhia de Gestão dos
52 Recursos Hídricos do seu Estado já possui autorização da Secretaria de
53 Administração e Gestão e aguarda a autorização do governador para realização de
54 novo concurso para o órgão. Prosseguindo, **José Luiz** volta à pauta para tratar das
55 ações com vistas à avaliação dos açudes integrados ao PISF objetivando a delegação
56 destes. O Coordenador informa que três colegas estão encarregados de realizar o
57 diagnóstico - um engenheiro do MI, um do DNOCS e um de cada Estado - inclusive
58 estimando os valores financeiros necessários para realização da recuperação e
59 manutenção dos açudes. Há ainda uma boa notícia, pois com o advento do Programa
60 de Aceleração do Crescimento (PAC II), as ações para recuperação e manutenção dos
61 açudes estarão contempladas por recursos do Programa. **Francisco Teixeira** informa
62 que o estado do Ceará realizou recentemente um estudo sobre as condições de todos
63 os açudes no seu território e que está disponível. **José Luiz** afirma o interesse do MI
64 no documento e solicitou uma cópia. Como último ponto de pauta, o Coordenador
65 solicitou aos representantes dos Estados receptores que informassem ao Conselho o
66 andamento das ações para cumprimento da cronologia estabelecida na Resolução n.º
67 714/2009 da ANA e destacou os esforços que estão sendo feitos conjuntamente pelos
68 entes envolvidos, porém, é necessário um empenho maior tendo em vista a celeridade
69 das obras do PISF a exemplo das informações apresentadas pelos conselheiros Cirilo
70 e Teixeira. **Francisco Sarmento** frisa a necessidade de que os Estados se concentrem
71 naquelas obras que justifiquem a luta pela Integração de Bacias e defende a ideia que
72 estas obras complementares sejam englobadas ao Projeto de Integração de Bacias.
73 Por fim, os Estados solicitaram cópia do relatório que criou o Modelo de Gestão que
74 foi enviado à Casa Civil. Depois de esclarecidas as dúvidas e ouvidas sugestões dos
75 conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
76 manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
77 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será
78 assinada pelos conselheiros presentes.

João Reis Santana Filho

Iberê Paiva Ferreira de Souza

José Luiz de Souza

Celso de Macedo Veiga

Renato Dalla Lana

César Augusto Pinheiro

Guilherme Silva de Godói

Francisco José Coelho Teixeira

Julio Thadeu Silva Kettelhut

Francisco Jácome Sarmento

Renato Saraiva Ferreira

Eloizio Henriques Dantas

Pedro Antônio Bertone Ataíde

João Bosco de Almeida

José Cruz Filho

José Almir Cirilo